



INCLUSÃO
COMEÇA
COM
RESPEITO



PLANO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2026



COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO
TRE | AMAPÁ



COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO
Tribunal Eleitoral do Amapá

PLANO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2026

Macapá/2026



COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO
TRE | AMAPÁ



COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Stella Simonne Ramos

Presidente

Militão Ferreira Souza

Representante da Área de Acessibilidade e Inclusão

Railson Amanajás de Almeida

Representante da Diretoria Geral

Elioenai Wilcesky Tosini Neves

Representante do Setor de Engenharia e Arquitetura

Soraya Santos de Sousa

Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação

Patrick Dayan Guimarães Pinto

Representante da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Helane Fabiola Mareco Magalhães

Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas

Suellen Damasceno Gemaque

Representante da Área de Sustentabilidade



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	6
3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	7
4. CONCLUSÃO	11



1. INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), comprometido com a promoção da acessibilidade e da inclusão, adota o presente **Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão 2026** como instrumento de planejamento para garantir a participação plena e equitativa de magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as), estagiários(as) e do público em geral.

O planejamento observa o **art. 7º, inciso II, da Resolução CNJ nº 401/2021**, descrevendo, para cada ação, seus objetivos, metas, cronograma de execução, unidades envolvidas e recursos necessários. O documento também foi estruturado para subsidiar a transparência institucional e o acompanhamento das iniciativas do TRE-AP ao longo do exercício de 2026.

2. OBJETIVOS

Governança da Acessibilidade

Consolidar a governança da acessibilidade e inclusão no TRE-AP, com **monitoramento contínuo** e definição clara de responsabilidades.

Qualificação do Atendimento

Qualificar o atendimento e os serviços prestados, com foco em **acolhimento, Libras, formação continuada** e realização de eventos inclusivos.



3. AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

As ações prioritárias de acessibilidade e inclusão para o exercício de 2026 foram consolidadas conforme tabela abaixo:

AÇÃO	OBJETIVO	META	INÍCIO	FINAL	UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
Elaborar, aprovar e divulgar o Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão 2026.	Formalizar diretrizes, responsabilidades e entregas do exercício, em conformidade com a Resolução CNJ nº 401/2021.	Plano aprovado e disponibilizado até março de 2026.	01/01/2026	31/03/2026	Comissão de Acessibilidade e Inclusão e ASPLAN.	Equipe técnica, reuniões de validação e apoio administrativo. Sem necessidade de recursos adicionais.
Instituir rotina de monitoramento trimestral das ações do plano.	Acompanhar a execução, registrar evidências e corrigir desvios de cronograma.	Realizar 4 reuniões de monitoramento com registro em ata e encaminhamentos.	01/03/2026	15/12/2026	Comissão de Acessibilidade e Inclusão, ASPLAN e unidades responsáveis.	Horas de trabalho das equipes e ferramentas institucionais de acompanhamento.
Incluir critérios de acessibilidade em	Assegurar que novas contratações	Aplicar cláusulas e critérios de	01/02/2026	31/12/2026	Secretaria de Administração e	Atuação das equipes de



AÇÃO	OBJETIVO	META	INÍCIO	FINAL	UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
Criar indicadores e painel de acompanhamento da acessibilidade.	Mensurar a execução das ações e apoiar a tomada de decisão da gestão.	Implantar painel com, no mínimo, 6 indicadores até agosto de 2026.	01/04/2026	31/08/2026	ASPLAN.	Planilhas, sistema de acompanhamento institucional e horas de trabalho da equipe.
Instituir rotina de monitoramento trimestral das ações do plano.	Acompanhar a execução, registrar evidências e corrigir desvios de cronograma.	Realizar 4 reuniões de monitoramento com registro em ata e encaminhamentos.	01/03/2026	15/12/2026	Comissão de Acessibilidade e Inclusão, ASPLAN e unidades responsáveis.	Horas de trabalho das equipes e ferramentas institucionais de acompanhamento.
Criar indicadores e painel de acompanhamento da acessibilidade.	Mensurar a execução das ações e apoiar a tomada de decisão da gestão.	Implantar painel com, no mínimo, 6 indicadores até agosto de 2026.	01/04/2026	31/08/2026	ASPLAN.	Planilhas, sistema de acompanhamento institucional e horas de trabalho da equipe.



AÇÃO	OBJETIVO	META	INÍCIO	FINAL	UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
Capacitar servidores(as) em atendimento inclusivo e acessível.	Qualificar equipes para atendimento adequado a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, pessoas idosas e público com necessidades específicas.	Capacitar, no mínimo, 70% das unidades com atendimento ao público até novembro de 2026.	01/03/2026	30/11/2026	Escola Judiciária Eleitoral (EJE) e Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).	Instrutoria, material didático, ambiente presencial ou virtual e apoio logístico.
Ofertar curso básico de Libras para servidores(as).	Ampliar a capacidade institucional de acolhimento e orientação de pessoas surdas.	Capacitar ao menos 20 servidores(as), com participação de representantes das unidades de atendimento.	24/04/2026	30/09/2026	EJE e SGP.	Instrutor(a) de Libras, material didático e plataforma educacional; avaliar necessidade de
Garantir atendimento com apoio em Libras nos postos terceirizados ou por intermediação institucional.	Assegurar atendimento mais acessível às pessoas surdas nos pontos de contato com o público.	Definir fluxo institucional e prever a solução nos contratos e atendimentos prioritários até setembro de 2026.	01/02/2026	30/09/2026	SAO, SGP e Comissão de Acessibilidade e Inclusão.	Ajustes contratuais, alinhamento com prestadores e definição de fluxo de atendimento.



AÇÃO	OBJETIVO	META	INÍCIO	FINAL	UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
Executar calendário anual de eventos formativos sobre acessibilidade e inclusão.	Promover ações educativas relacionadas à neurodiversidade, saúde mental, cultura surda, direitos humanos e participação social.	Realizar, no mínimo, 6 ações temáticas ao longo de 2026.	01/05/2026	10/12/2026	Comissão de Acessibilidade e Inclusão, EJE e unidades parceiras.	Agenda institucional, palestrantes, recursos de apoio e articulação com parceiros externos quando necessário.
Adequar o portal institucional e os sistemas prioritários aos requisitos de acessibilidade digital.	Reduzir barreiras de navegação e melhorar a experiência de uso por teclado, leitor de tela e recursos de ampliação.	Avaliar e corrigir o portal institucional e, no mínimo, 3 sistemas prioritários até novembro de 2026.	01/02/2026	30/11/2026	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).	Equipe técnica, ambiente de homologação e priorização das demandas de desenvolvimento.
Capacitar equipes de TI e unidades produtoras de conteúdo em acessibilidade digital.	Aprimorar a produção de páginas, documentos e sistemas acessíveis.	Capacitar 100% da equipe de TI e ao menos 1 servidor(a) por unidade estratégica até outubro de 2026.	01/04/2026	31/10/2026	STI, EJE e unidades produtoras de conteúdo.	Instrutoria, materiais de apoio e disponibilidade de agenda das equipes.



4. CONCLUSÃO

O presente **Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão do TRE-AP para 2026** consolida ações prioritárias, e realiza o monitoramento das entregas e a prestação de contas.

Para cada ação foram definidos objetivo, meta, cronograma, unidade responsável e recursos necessários, permitindo execução organizada e aderente ao **art. 7º, inciso II, da Resolução CNJ nº 401/2021**.

*Com a execução deste planejamento, o TRE-AP reforça seu compromisso com uma **Justiça Eleitoral mais inclusiva**, em especial a Justiça Eleitoral do Amapá, preparada para acolher diferentes públicos e para aperfeiçoar continuamente seus serviços.*



**COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO**

TRE | AMAPÁ



**Tribunal
Regional
Eleitoral-AP**

www.tre-ap.jus.br